



2011
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

2ª TURMA CÍVEL

06/05/2015

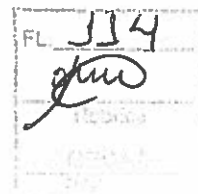
14:26:05

5274



Ref.: Processo n.º 2013.01.1.052.450-4
Recorrente/Requerido: Distrito Federal
Recorridos/Requerentes: MPDFT

Cópia



O DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, por seu Procurador, regularmente constituído por força de lei, interpor, **com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c",** da Constituição da República, c/c os artigos 541 e seguintes do Código de Processo Civil,

RECURSO ESPECIAL,

por não se conformar, *data máxima vênia*, com os termos do v. acórdão proferido nos presentes autos pela 2ª Turma Cível deste Egrégio Tribunal, que deu provimento ao apelo do recorrido, em **afronta ao artigo 267, VI, do CPC**, bem como aos artigos 2º, 3º, 264, 286, 321 e 535 do mesmo diploma legal, fazendo-o na forma das razões anexas e requerendo, desde já, a sua admissibilidade e encaminhamento ao Colendo Superior Tribunal de Justiça para *imediato* julgamento.

Termos em que pede deferimento.
Brasília, 29 de abril de 2015.

LUIZ FELIPE DA MATA MACHADO SILVA
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF 34.296



RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO Nº 2013.01.1.052.450-4 TJDF

RECORRENTE: DISTRITO FEDERAL
RECORRIDOS: MPDFT

RAZÕES DO RECURSO

Colendo Superior Tribunal de Justiça,

Egrégia Turma,

Eméritos Ministros,

335
[assinatura]

I – DA TEMPESTIVIDADE

O v. acórdão hostilizado foi disponibilizado no dia 10/04/2015 (sexta-feira), sendo considerado publicado no dia 13/04/2015. Com efeito, conclui-se que o prazo final para a interposição do presente recurso, considerando a prerrogativa prevista da Fazenda Pública, será do no dia 13/05/2015. Tempestivo, pois, o apelo.

II – SÍNTESE DO PROCESSO. OBJETO DO PRESENTE RECURSO ESPECIAL.

Trata-se de ação popular, movida nesta instância pelo Ministério Público, impugnando procedimento licitatório realizado pelo Distrito Federal para viabilizar, após décadas de renovadas permissões precárias, regular concessão do serviço público de ônibus.

Alegou o cidadão que, entre as participantes do certame, estaria configurada a formação ilícita de grupo econômico. Pede, pois, que seja declarada a incapacidade das respectivas pessoas jurídicas em participar da licitação.

O i. Magistrado monocrático extinguiu o processo sem julgamento de mérito em razão da perda do interesse de agir do autor, decorrente da superveniência da homologação da licitação e respectiva adjudicação de seu objeto (art. 267, IV do CPC) – uma vez que o pedido do autor se limitava a *suspender a licitação* e, evidentemente, haveria a ampliação objetiva e subjetiva do processo em caso de prosseguimento do feito.

Contudo, o i. Desembargador-relator, monocraticamente, deu provimento à apelação do *parquet*, anulando a sentença, com fundamento no artigo 557, § 1º, do CPC, pois, segundo o douto Magistrado, o julgado estaria em afronta à jurisprudência dominante desse e. Tribunal Superior. A r. decisão foi mantida pela c. 1ª Turma Cível do TJDF, após a interposição de agravo regimental por esta Unidade Federativa. Veja-se:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PROVIMENTO. APELAÇÃO. SENTENÇA EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º, CPC.

1. Correta se afigura decisão que dá provimento a recurso de apelação em razão de a sentença encontrar-se em contrariedade ao entendimento do egrégio Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 557, § 1º, do CPC.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PROCAD

116
[assinatura]

2. A decisão agravada, que inexistia perda superveniente do interesse processual na hipótese de homologação/adjudicação da licitação, notadamente quando não houve exaurimento do objeto licitado, está em harmonia com o posicionamento do STJ.

3. Agravo interno desprovido. 20130110524504APO - AGR1-Agravo Regimental no(a) Apelação/Reexame necessário. (2013.01.1.052450-4. 2ª Turma Cível. Des.-Relator Mario-Zam Belmiro.)

O Distrito Federal opôs embargos de declaração para fins de prequestionamento, rejeitados pela e. Corte *a quo*, demonstrando a afronta ao artigo 267, VI do CPC. Pretende o recorrente, portanto, por meio do presente apelo:

- a) Demonstrar que a matéria não se encontra consolidada nessa E. Corte Superior. Ao contrário, a questão ainda é divergente nos Tribunais pátrios e, portanto, merece conhecimento fundado no artigo 105, III, “c” da Constituição Federal.
- b) Comprovar que o recurso merece conhecimento, também, com fundamento no artigo 105, III, “a”, CF, em razão de afronta, pelo Tribunal *a quo*, do artigo 267, VI, do CPC, devidamente prequestionado pelo Distrito Federal – além das evidentes lesões aos artigos 3º, 264, 286, ~~311~~, todos do Código de Processo Civil, que impõem o provimento deste apelo.
- c) Requerer, desde já, que, embora o presente recurso se volte contra acórdão que anula sentença, subsumindo-se, pois, ao artigo 542, § 3º, *é imperiosa a sua imediata desretenção e encaminhamento ao STJ*, sob pena de completa inutilidade da prestação jurisdicional, como demonstrado à frente.

III – DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL (art. 105, III, “c”, CF). INEXISTÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO, NO ÂMBITO DO STJ, SOBRE A MATÉRIA.

Como narrado, o v. acórdão vergastado entendeu estar consolidado nesse Superior Tribunal o entendimento de que “a superveniente homologação/adjudicação do objeto licitado não implica na perda do interesse processual na ação em que se alegam nulidades no procedimento licitatório”. Veja-se:

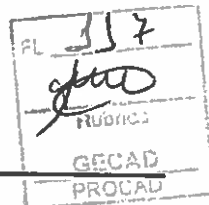
PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO URBANO. MANDADO DE SEGURANÇA. INVALIDAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO, POR VÍCIOS DE ILEGALIDADE E DESCUMPRIMENTO DO EDITAL. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO SUPERVENIENTES. PERDA DO OBJETO DO MANDAMUS E JULGAMENTO ULTRA-PETITA. INOCORRÊNCIA.

1. (...). □

2. A jurisprudência desta Corte já se manifestou no sentido de que a superveniente homologação/adjudicação do objeto licitado não implica na perda do interesse processual na ação em que se alegam nulidades no procedimento licitatório, aptas a obstar a própria homologação/adjudicação, como é o caso dos autos. Precedentes: AgRg no REsp 1.223.353/AM, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/03/2013; AgRg no AREsp 141.597/MA, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 31/10/2012; AgRg no RMS 37.803/PR, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 29/06/2012; REsp 1.228.849/MA, Rel. Min. Arnaldo



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PROCAD



Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 09/09/2011; REsp 1.059.501/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/09/2009; REsp 279.325/MG, Rel. Min. Francisco Falcão, Rel. p/ Acórdão Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 16/10/2006.

Contudo, deve-se ressaltar que não há unanimidade nessa Colenda Corte sobre a matéria, apesar dos precedentes citados no aresto. No julgado abaixo, foi extinto o processo, sem análise de mérito, pela sucessão da homologação do certame e posterior celebração de contrato com o particular. *In verbis*:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INDEFERIMENTO DA LIMINAR. PROSSEGUIMENTO DO CERTAME. TÉRMINO DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS. PERDA DO OBJETO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Caso em que o Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Mato Grosso impetrou mandado de segurança impugnando cláusula do Edital de Concorrência Pública n.º 1/2009/SECOM-MT, que exigia a presença de pelo menos um profissional graduado em publicidade e propaganda no quadro das empresas concorrentes.
 2. A liminar pleiteada pelo sindicato impetrante foi indeferida, de modo que o certame ora impugnado teve normal prosseguimento, com homologação do resultado e assinatura dos respectivos contratos, com vigência de 12 meses, em 10/11/09, prorrogados por mais 12 meses em 10/11/10.
 3. Nesse contexto, estando o pedido limitado ao reconhecimento de ilegalidade de determinada cláusula e a consequente reabertura de prazo para habilitação de outros possíveis concorrentes, forçoso reconhecer a perda do objeto do mandamus, por falta de interesse de agir superveniente.
 4. Agravo regimental não provido.
- (AgRg no RMS 33.975/MT, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2012, DJe 19/06/2012).

Também nesse sentido, a c. 2ª Turma explicitou o entendimento de que o mandado de segurança impugnando licitação perde seu objeto quando sobrevenha a respectiva homologação, já que “a contratação não é negócio jurídico que compõe os atos procedimentais da licitação, embora deles seja decorrente”. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ADJUDICAÇÃO OCORRIDA HÁ MAIS DE DOIS ANOS. SUPERVENIENTE PERDA DE OBJETO.

1. A jurisprudência desta Corte considera inviável mandado de segurança, por perda de objeto, se no processo licitatório já ocorreu a adjudicação do contrato. Precedentes.
 2. Carência de ação da recorrida que, ademais, é corroborada pela desistência do certame, de maneira irrevogável e irretratável, com expressa autorização para que a licitante informasse tal fato aos juízos em que tramitam os diversos processos relacionados ao procedimento licitatório.
 3. Recurso especial provido.
- (REsp 1097613/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJe 04/08/2009)

Nesse exato sentido, igualmente, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – PERDA DE OBJETO.

1. A jurisprudência desta Corte considera inviável mandado de segurança, por perda de objeto, se no processo licitatório já ocorreu a adjudicação do contrato. Precedentes.
 2. Recurso especial não provido.
- (REsp 984.968/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/05/2009, DJe 29/05/2009)



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PROCAD



RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. PROVA DA CONTRATAÇÃO. DISPENSA. PERDA DE OBJETO.

1. O procedimento licitatório encerra-se com a homologação e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor do certame.
2. A contratação não é negócio jurídico que compõe os atos procedimentais da licitação, embora deles seja decorrente.
3. Extingue-se, sem julgamento do mérito, o mandado de segurança, quando, durante seu trâmite, encerrar-se a licitação, desde que não haja liminar deferida anteriormente.
4. Recurso provido.

(REsp 579.043/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/08/2004, DJ 27/09/2004, p. 330)

Fica claro, portanto, que a matéria ainda se encontra tormentosa no âmbito dessa Corte Superior e, assim, não há que se falar na aplicação da súmula 83 desse e. Tribunal.

Acresce-se à divergência no interior dessa c. Corte a existência de julgados, em outros Tribunais Pátrios, que são rigorosamente opostos ao entendimento apresentado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – e, por isso, reclama o presente recurso a atuação desse Superior Tribunal em sua função de uniformizar a jurisprudência pátria. **Veja-se, nesse sentido, julgado do TJSP:**

MACILVA

APELAÇÃO Ação civil pública Processo licitatório para concessão de exploração do sistema de abastecimento de água e esgoto da cidade de Araçatuba - Pretensão de nulidade da Lei Municipal nº 7.421/2011 e do processo de licitação nº 006/2011, modalidade de Concorrência Pública Nacional - Notícia, antes da prolação da sentença de mérito, de esaurimento do processo de licitação alvo da ação civil pública, com homologação e adjudicação do certame, bem como a assinatura de contratos Carência superveniente da ação, por perda ulterior de interesse de agir Feito extinto Sentença mantida RECURSO NÃO PROVIDO.

(0001773-67.2012.8.26.0032 Apelação. Relator(a): Vicente de Abreu Amadei; Comarca: Araçatuba; Órgão julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 26/08/2014; Data de registro: 28/08/2014)¹.

Observe que a Corte não deixou dúvidas: homologada a licitação, adjudicando-se seu objeto ao licitante vencedor, a pretensão voltada à impugnação do certame perde seu interesse. **Veja-se, nesse exato sentido, diversos arestos do e. Tribunal de Justiça Paulista:**

APELAÇÃO Pregão Presencial n. 33/13 - Município de Barrinha - Contratação de serviços de assistência médica em caráter complementar Pregão encerrado, com a consequente homologação da adjudicação - Perda superveniente do objeto - Recurso prejudicado.

(0010318-46.2013.8.26.0597 Apelação. Relator(a): Silvia Meirelles; Comarca: Sertãozinho; Órgão julgador: 6ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 09/03/2015; Data de registro: 11/03/2015²)

AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. Suspensão de leilão Liminar indeferida Procedimento licitatório terminado. Perda superveniente do objeto Falta de interesse processual Precedentes. Extinção do feito, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

(2185104-46.2014.8.26.0000 Apelação. Relator(a): Cristina Cotrofe; Comarca: Itu; Órgão julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 22/04/2015; Data de registro: 22/04/2015

¹ Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7809707&cdForo=0&v1Captcha=sjqxf>. Acesso em 05/05/2015.

² Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8271433&cdForo=0>. Acesso em 05/05/2015.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PROCAD



AGRAVO DE INSTRUMENTO. ATO JUDICIAL IMPUGNADO. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA SUSPENDER E IMPEDIR A HOMOLOGAÇÃO DE CERTAME LICITATÓRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. **Condição de admissibilidade e conhecimento da ação considera o trinômio "necessidade-utilidade-adequação".** Pedido recursal inibitório interposto oito dias após a homologação do certame. Subsequente contratação da empresa vencedora da licitação. **O exaurimento do procedimento de licitação torna inútil o provimento jurisdicional que almejava a suspensão do procedimento e a inibição da homologação. Perda do objeto recursal reconhecida.**

RECURSO PREJUDICADO.

(2021349-74.2013.8.26.0000 Apelação. Relator(a): José Maria Câmara Junior; Comarca: Presidente Prudente; Órgão julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 05/02/2014; Data de registro: 05/02/2014)³.

Fazendo-se o cotejo analítico de ambos os entendimentos, em cumprimento à jurisprudência consolidada dessa Corte, não resta dúvida sobre a oposição de seus respectivos conteúdos. Veja-se:

ACÓRDÃO TJDF	ACÓRDÃO TJSP (anexo)
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PROVIMENTO. APELAÇÃO. SENTENÇA EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º, CPC. (...) 2. A decisão agravada, que <u>inexiste perda superveniente do interesse processual na hipótese de homologação/adjudicação da licitação</u> , notadamente quando não houve exaurimento do objeto licitado, está em harmonia com o posicionamento do STJ.	A APELAÇÃO Pregão Presencial n. 33/13 - Município de Barrinha - Contratação de serviços de assistência médica em caráter complementar Pregão encerrado, com a consequente homologação da adjudicação - Perda superveniente do objeto - Recurso prejudicado. (0010318-46.2013.8.26.0597 Apelação. Relator(a): Silvia Meirelles; Comarca: Sertãozinho; Órgão julgador: 6ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 09/03/2015; Data de registro: 11/03/20154)

Fica claro, pois, do cotejo analítico do presente recurso:

- que ambas as hipóteses tratam da aplicação de entendimentos opostos acerca da mesma causa de pedir: a perda do interesse de agir nas hipóteses em que o recorrente impugna o procedimento licitatório que, contudo, vem a ser homologado posteriormente ao ajuizamento da demanda.
- não há que se falar, ainda, da necessidade de rediscussão fática do processo, mas, exclusivamente, da adequada aplicação do direito à hipótese⁵.

³ Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsj/getArquivo.do?cdAcordao=7322519&cdForo=0>. Acesso em 05/05/2015.

⁴ Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsj/getArquivo.do?cdAcordao=8271433&cdForo=0>. Acesso em 05/05/2015.

⁵ Inaplicável, pois, precedentes dessa Colenda Corte que rejeitam recurso especial nas hipóteses em que o apelo implica a rediscussão de fatos. Veja-se:

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ATO ÍMPROBO. ELEMENTO SUBJETIVO DOLO GENÉRICO. CARACTERIZADO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. DOSIMETRIA DA PENA. ART. 12 DA LEI N. 8.429/92. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. ANÁLISE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

- c) Há evidente afronta aos artigos 2º, 3º, 264 e 286 do CPC, já que o pedido do autor foi claro: voltava-se à licitação e, como é indiscutível no direito, o pedido não pode se interpretar extensivamente. No caso, o v. acórdão vergastado implicou, inexoravelmente, em ampliação subjetiva e objetiva do processo.
- d) Por fim, observa-se que a divergência é extremamente recente, tendo o julgado paulista sendo proferido em fins de 2014, demonstrando a atualidade do dissenso jurisprudencial.

Diante do exposto, não resta dúvida do cumprimento de todos os requisitos de admissibilidade pelo presente apelo, que deve, ainda, ser provido, reformando o entendimento adotado pelo e. TJDF, pelas razões apresentadas à frente.

IV – DEMONSTRAÇÃO DA CONTRARIEDADE AO ARTIGO 267, VI, DO CPC (art. 105, III, “c”, CF). AFRONTA, AINDA, AOS ARTIGO 3º, 264, 286 E 321 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

IV.1 – DO PREQUESTIONAMENTO.

Como narrado, o Distrito Federal, tanto em sede de agravo regimental quanto de embargos de declaração, buscou demonstrar a afronta, pelo v. acórdão vergastado, ao artigo 267, VI do CPC, uma vez careceria ao autor interesse processual em razão da superveniente homologação do certame, celebração e cumprimento do contrato – mesmo que ainda não exaurido seu objeto.

O v. acórdão analisou a questão *expressamente*, mesmo que não tenha manifestado expressamente o artigo em questão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PROVIMENTO. APELAÇÃO. SENTENÇA EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º, CPC.

1. Correta se afigura decisão que dá provimento a recurso de apelação em razão de a sentença encontrar-se em contrariedade ao entendimento do egrégio Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 557, § 1º, do CPC.

2. A decisão agravada, que inexiste perda superveniente do interesse processual na hipótese de homologação/adjudicação da licitação, notadamente quando não houve exaurimento do objeto licitado, está em harmonia com o posicionamento do STJ.

3. Agravo interno desprovido. 20130110524504APO - AGR1-Agravo Regimental no(a)

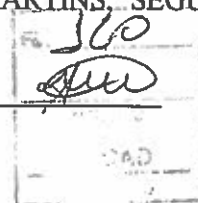
JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

(...)

7. Quanto à interposição pela alínea “c”, este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa.

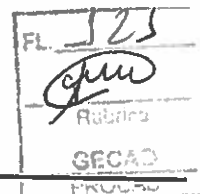
Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 597.359/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 22/04/2015)





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PROCAD



Apelação/Reexame necessário. (2013.01.1.052450-4. 2ª Turma Cível. Des.-Relator Mario-Zam Belmiro.)

Ora, falta de interesse processual, como se sabe, diz respeito a uma das condições da ação, não havendo dúvidas, portanto, que o fundamento jurídico do v. acórdão vergastado é, exatamente, o artigo 267, VI do Código de Processo Civil – mesmo que aquela Corte não tenha se manifestado *expressamente* no julgado a “letra fria” do artigo em questão.

Essa c. Corte, nesse sentido, tem jurisprudência pacífica admitindo que o prequestionamento não pressupõe menção expressa do artigo legal em questão, mas, sim, que o v. acórdão hostilizado tenha proferido julgamento com base nele. Em outros termos, é consolidada a jurisprudência desse e. Tribunal no sentido de se admitir o *prequestionamento implícito*. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. POSSIBILIDADE. TESE ENFRENTADA PELA CORTE DE ORIGEM. MUNICÍPIO SUCUMBENTE EM FACE DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. RECURSO REPETITIVO (REsp 1.108.013/RJ).

1. Considera-se, in casu, que houve o devido prequestionamento implícito do artigo apontado, porquanto enfrentada a questão jurídica pela Corte de origem.

(...)

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1494741/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/02/2015, DJe 25/02/2015) (Grifou-se).

Não há dúvida, pois, que a matéria encontra-se devidamente prequestionada. Mas, na eventualidade de V. Exas. entenderem que o v. acórdão hostilizado não enfrentou as questões objeto do presente recurso, forçoso reconhecer que o vício encontra-se na r. decisão hostilizada, não na inércia desta Unidade Federativa.

Em outros termos, trata-se de típica hipótese, também consolidada no âmbito dessa Colenda Corte, da negação de prestação jurisdicional pelo TJDF, merecendo, pois, ser declarada sua nulidade. *In verbis*:

“Carecendo o acórdão recorrido do devido prequestionamento, cumpre à parte, no recurso especial, suscitar violação do art. 535 do CPC, demonstrando, de forma objetiva, a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada, sob pena de incidência da Súmula 211/STJ.”

No caso em tela, tanto em seu agravo regimental quanto nos embargos declaratórios esta Unidade Federativa impugnou, expressamente, o dispositivo em análise. Veja-se (fls. 1474/1475):

- Ante o exposto, requer o Embargante o conhecimento e provimentos dos presentes embargos de declaração, a fim (de) prequestionar a matéria legal tida por violada (art. 267, VI, CPC)

Diante do exposto, pede o Distrito Federal, respeitosamente, na eventualidade dessa c. Turma entender não prequestionada as questões ora deduzidas, que seja anulado o v. acórdão em razão de sua afronta ao artigo 535 do CPC.



IV.2 - DA PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR DO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM BASE NO ART. 267, VI, CPC. DA AFRONTA AOS ARTIGOS 2º, 3º, 264, 286 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

O pedido deduzido pelo autor, na presente demanda, não deixa dúvidas sobre sua extensão: a) liminarmente, “a imediata suspensão do PROCESSO LICITATÓRIO n. 0001/2011-ST (...)”; b) e, no mérito, seja confirmada a liminar deferida, julgado procedente o pedido, para o fim de reconhecendo-se o grupo econômico existente e os *declarando incapazes para participar no processo licitatório (...)* (grifou-se).

Fica claro, Excelências, que o v. acórdão recorrido interpretou extensivamente os pedidos deduzidos pelo autor e, portanto, afrontou, a um só tempo, diversos artigos do Código de Processo Civil, entre eles:

1. o artigo 2º, que veda a prestação jurisdicional sem o requerimento da parte;
2. o artigo 264, que, em nome da estabilização do processo, impede que o autor altere o pedido ou a causa de pedir após a citação;
3. o artigo 286, que impõe a interpretação restritiva ao pedido, exigindo que seja o mesmo certo e determinado;
4. o artigo 3º, que exige o interesse recursal do autor para prosseguir com sua demanda. Ora, não resta dúvida, como decidido pelo doutro Magistrado *a quo*, bem como pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que esgotada a licitação, não há interesse do autor em dar continuidade no processo cujo objeto é, exatamente, impugnar o certame.

Nesse sentido, apropriando-nos de outro acórdão do e. TJSP, imperioso reconhecer que a homologação e adjudicação da licitação implica em perda do objeto da demanda que busca impugná-la, por falta de interesse de agir do autor. Veja-se:

No entanto, há nos autos (fls. 300) a homologação da adjudicação, sendo a vencedora do certame a empresa PSE - Prestação de Serviços Médicos e na Área de Saúde S/S Ltda. - EPP.

Assim, deve-se reconhecer a perda superveniente do objeto, devendo a questão ser resolvida por meio de ação indenizatória, se assim entender a recorrente, conforme o entendimento (Apelação: 0010318-46.2013.8.26.0597 Apelante: COMERP - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE RIBEIRÃO PRETO Apelado: MUNICÍPIO DE BARRINHA Comarca: SERTÃOZINHO).

Diante do exposto, pede o Distrito Federal, respeitosamente, seja dado provimento ao presente recurso para extinguir o presente feito com base no artigo 267, VI, do CPC, uma vez que operada a perda superveniente do interesse de agir do autor.

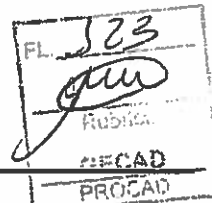
V - DA NECESSIDADE DE DESRETENÇÃO DO PRESENTE RECURSO ESPECIAL, ENCAMINHANDO-O IMEDIATAMENTE AO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Nos termos do artigo 542, § 3º, do Código de Processo Civil, Recursos Extraordinários que impugnem acórdãos com conteúdo interlocutório devem permanecer nos autos.

Contudo, como autorizado pela jurisprudência dessa Corte Superior, é possível o seu imediato trâmite demonstrada a necessidade de seu julgamento imediato.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PROCAD



Nesse sentido, leciona Didier Júnior, se reportando a Barbosa Moreira, que “o sobrestamento de tais apelos extremos deve, ainda, ser evitado, nos casos em que vier a redundar em desperdício de atividade processual⁶”. Ou seja, há determinadas hipóteses em que o objeto do recurso reclama julgamento imediato e, o seu postergamento, faz com que, por um lado, a tutela jurisdicional seja precária. Por outro, a máquina judiciária, já tão sobrecarregada, tenha que se movimentar desnecessariamente.

No caso em tela, o objeto do presente recurso é, exatamente, buscar a extinção do feito. A postergação de seu julgamento para outro momento tornará a tutela ora pretendida totalmente inócua. Mais que isso, poderá movimentar toda a máquina judiciária para, ao final, haver a análise do pedido que pode, desde já, extinguir este feito.

Diante do exposto, pede o Distrito Federal, respeitosamente, que o presente recurso especial seja de imediato encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça, para imediato processamento.

VI – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, pede o Distrito Federal, respeitosamente, o conhecimento e provimento do presente recurso, extinguindo-se o presente feito com fundamento no artigo 267, IV, em razão da perda superveniente do interesse de agir do autor.

Na eventualidade de V. Exas. entenderem que o recurso não merece conhecimento pela falta de prequestionamento, que seja dado provimento ao este apelo nobre com o escopo de anular o v. acórdão vergastado, em razão da afronta ao artigo 535 do CPC.

Em qualquer hipótese, pede, de imediato, a desretenção do presente recurso para o seu imediato encaminhamento ao STJ, já que demonstrada a falta de interesse e a absoluta ineficácia de sua pretensão recursal caso permaneça entranhado nos autos para posterior julgamento.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 29 de abril de 2015.

LUIZ FELIPE DA MATA MACHADO SILVA
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF 29.190

⁶ JÚNIOR, Fredie Didier. *Curso de Direito Processual Civil*. V.3. Salvador: Editora Jus Podium, p. 197.